

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

07 a 10 de Dezembro 2009
Centro de Convenções do Ceará
Fortaleza



Trabalho 1595 - 1/12

INTERVENÇÕES TERAPÊUTICAS EM SAÚDE MENTAL: DEBATES SOBRE
CIDADANIA A PARTIR DO FILME “MEU NOME É RÁDIO”*

THERAPEUTIC INTERVENTIONS ON MENTAL HEALTH: DISCUSSIONS ABOUT
CITIZENSHIP FROM THE MOVIE “MY NAME IS RADIO”*

INTERVENCIONES TERAPÉUTICAS EN SALUD MENTAL: DISCUSIONES SOBRE
CIUDADANÍA A PARTIR DE LA PELÍCULA “MI NOMBRE ES RADIO”*

Moreira, Maria Rosilene Cândido^I

Costa, Jonathan Veloso^{II}

Oliveira, Edina Araújo Rodrigues^{III}

Monteiro, Claudete Ferreira de Souza^{IV}

RESUMO

No campo da saúde mental, a conceituação que exprime relação entre loucura e sociedade está fortemente presente nas discussões atuais. Considerando-se imprescindível que reflexões nesse sentido ocorram frequentemente, buscou-se, através de pesquisa-ação com servidores de uma universidade pública, suscitar debates, evidenciando modos de pensar o papel da sociedade nesse contexto. Os participantes se expressaram em seminário impulsionado pelo filme “Meu nome é Rádio”, formulando três categorias: “sociedade e o estigma da loucura”, “a escola diante do ser-diferente” e “cenas que não serão esquecidas”, podendo-se observar que os mesmos identificam exclusão, medo e dificuldade de olhar o ser-diferente com olhos de cidadania, sendo o estigma o obstáculo para compreensão do portador de transtorno mental em sua maneira singular de ser-existência.

Descritores: Saúde Mental; Preconceito; Direitos Humanos.

^I Enfermeira. Professora Auxiliar do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. Especialista em Saúde da Família e em Saúde Mental. Mestranda em Saúde Coletiva/UNIFESP. Bolsista do Projeto Intervenções terapêuticas em saúde mental: uma proposta para redução do estigma (CNPq/UFPI). E-mail: rosilene@ufpi.br.

^{II} Acadêmico do 3º. ano do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. Bolsista do Projeto Intervenções terapêuticas em saúde mental: uma proposta para redução do estigma (CNPq/UFPI).

^{III} Enfermeira. Professora Auxiliar do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. Especialista em Saúde da Família. Bolsista do Projeto Intervenções terapêuticas em saúde mental: uma proposta para redução do estigma (CNPq/UFPI).

^{IV} Enfermeira. Professora Adjunta do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Ministro Petrônio Portela. Doutora em Enfermagem. Coordenadora do Projeto Intervenções terapêuticas em saúde mental: uma proposta para redução do estigma (CNPq/UFPI).

* Trabalho integrante das atividades do Projeto Intervenções terapêuticas em saúde mental: uma proposta para redução do estigma, apoiado pelo CNPq, sob processo 5752012008-8/CNPQ.

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL07 a 10 de Dezembro 2009
Centro de Convenções do Ceará
Fortaleza

Iracema Gardã

**Trabalho 1595 - 2/12**

In the field of mental health, the concept that expresses a relationship between madness and society is strongly present in the discussions nowadays. Considered to be indispensable that reflections in this sense occur frequently, it was sought through an action-research with employees from a public university, promote discussions, mentioning ways of thinking the society role in this context. The participants have expressed themselves in seminars taken by the movie “My name is Radio”, determining three categories: “society and the madness itself”, “the school before the different being” and “scenes that will never be forgotten”, which can be observed as exclusion, fear and difficulty in looking at the different-being with eyes of citizenship, once that the mark is the obstacle for the comprehension of the person that has a mental disturbing in his or her singular way of existence-being.

Descriptors: Mental Health; Prejudice; Human Rights.

RESUMEN

En el campo de la salud mental, la concepción que exprime relación entre la locura y la sociedad está fuertemente presente en las discusiones actuales. Considerándose imprescindible que reflexiones en ese sentido ocurra frecuentemente, se buscó, a través de pesquisa-acción con servidores de una universidad pública, suscitar debates, evidenciando modos de pensar el papel de la sociedad en ese contexto. Los participantes se expresaron en seminario impulsado por la película “Mi nombre es Radio”, formulando tres categorías: “sociedad y el estigma de la locura”, “la escuela delante del ser-distinto” y “escenas que no serán olvidadas pudiéndose observar que los mismos identifican exclusión, miedo y dificultad de mirar el ser-distinto con ojos de ciudadanía, siendo el estigma el obstáculo para la comprensión del portador de disturbio mental en su manera singular de ser-existencia.

Descriptoros: Salud Mental; Los Prejuicios; Los Derechos Humanos.

1. INTRODUÇÃO

No processo de compreensão do homem sob suas diferentes maneiras de pensar e agir, a Antropologia, segundo Levi-Strauss⁽¹⁾ distingue-se das demais áreas da ciência por vislumbrar, com objetividade, totalidade e significação, o ser humano enquanto ser-existência, constituindo um sistema de representações influenciado pela linguagem e cultura. Partindo desse pressuposto, entende-se que o homem pensa e se comporta pelo que consegue apreender no processo de socialização.

No campo da saúde mental, a conceituação que exprime relação entre loucura e sociedade está fortemente presente nas discussões atuais. Ao contrário dos séculos XV ao XIX, em

**TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

07 a 10 de Dezembro 2009
Centro de Convenções do Ceará
Fortaleza



Iracema Guardiã

Trabalho 1595 - 3/12

que o conceito de loucura passou de natural a patológico, os debates desse século em torno da saúde mental discutem pontos entravantes a partir da necessidade de ressignificações sociais/culturais, sob o enfoque do novo objeto: o portador de transtorno, outrora denominado doente mental.

O ponto essencial nos discursos emergentes se dá no novo abrigo social da loucura que, indubitavelmente, deixa de habitar os manicômios e de pertencer unicamente ao saber médico sob o rótulo de doença, para ser intitulada de sofrimento psíquico, substituição que extrapola a denominação registrada nos prontuários ou nas mentes daqueles que compõem a equipe de saúde, tratando-se de uma transformação no modo de perceber o indivíduo como ser-existência, e não mais a partir de uma classificação psiquiátrica segregadora⁽³⁾. Sob este prisma, emergem diversas nuances acerca do que seria de fato o exercício de cidadania dos portadores de transtornos mentais, uma vez que essa nova roupagem conceitual/discursiva favorece a compreensão relacional entre saúde mental e cidadania.

A lei 10.216 que reorienta o modelo assistencial de saúde mental no Brasil, apesar de abordar a temática social e estabelecer diretrizes para o alcance dos direitos desses sujeitos, não consegue se fazer cumprir em todos os espaços de cuidado psiquiátrico, tampouco na sociedade em geral, haja vista que as conquistas sociais ocorrem na esfera das relações extrainstitucionais e não somente no espaço terapêutico instituído legalmente.

O louco continua sendo visto como um indivíduo que necessita ser recolhido a um espaço de cuidado terapêutico, devendo receber medicações, controlar as crises e manter-se incapaz de realizar atividades rotineiras, sob a alegação de anormalidade. Assim, a sociedade que busca a garantia dos direitos humanos é a mesma que retira do portador de transtorno mental esse direito, pois estabelece relação estreita entre cidadania e normalidade; portanto, o louco estaria definitivamente excluído da condição de cidadão⁽³⁾.

Considerar o portador de transtorno psíquico como alguém que tem pensamento próprio, livre arbítrio, direito de decidir sobre sua própria condição-existência parece um tanto difícil de ser aceito pela sociedade que carrega historicamente estratégias de exclusão social. Mas assim como os leprosos, os sífilíticos⁽⁴⁾ e mais tarde os aids, a loucura também terá, definitivamente, marcas profundas que sobrevivem ao tempo e transferem aos seus detentores (os loucos) os resquícios da interação destas com as sociedades.

O que merece ser pensado é que, contrariamente ao discurso da abolição do preconceito, visto que esse aspecto é inerente ao homem enquanto ser social, pretende-se que a loucura seja uma condição compreendida por todos, para que haja a oportunidade de aceitação da mesma como fator que integra os ambientes naturais e sociais simultaneamente.

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL07 a 10 de Dezembro 2009
Centro de Convenções do Ceará
Fortaleza**Trabalho 1595 - 4/12**

Diante dessas colocações e considerando-se imprescindível que reflexões em torno da saúde mental ocorram com mais ênfase no seio da sociedade para que as conquistas sociais dos portadores de transtornos mentais possam ser cada vez mais alcançadas, buscou-se, através de uma pesquisa-ação com servidores técnico-administrativos de uma universidade pública no estado do Piauí, suscitar o debate e evidenciar seus modos de pensar acerca do papel da sociedade diante daqueles que se encontram em sofrimento psíquico.

2. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

O estudo de cunho qualitativo tratado neste artigo pretendeu, através da pesquisa-ação, vislumbrar caminhos para tentar reduzir o estigma em torno dos portadores de transtornos mentais, a partir do amplo debate sobre a temática.

Adotou-se a pesquisa-ação por se tratar da metodologia utilizada no projeto intitulado “Intervenções terapêuticas em Saúde Mental: uma proposta para redução do estigma”, sob patrocínio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que está sendo desenvolvido com o grupo estudado, contando com um grupo de pesquisadores compostos por 3 docentes e 4 alunos do curso de graduação em Enfermagem da referida universidade. Tal estratégia, composta por 12 etapas, permite que ocorra um processo simultâneo de investigação e ação, cuja intenção primordial é o conhecimento e a resolução do problema coletivo a partir dos fatos observados, e que culmina na transformação dos pesquisadores e dos participantes envolvidos no contexto social sítio do problema⁽⁵⁾. Para facilitar a compreensão das discussões sobre a temática em questão, optou-se por detalhar no presente artigo apenas a etapa 6 (realização do seminário).

A reunião teve início com a exposição da temática ‘saúde mental e sociedade’ pelas docentes, passando-se em seguida a apresentação do filme-documentário “Meu nome é Rádio”. Ao término do filme, o grupo foi dividido em quatro subgrupos, tendo quatro servidores e um aluno em cada grupo como coordenador/secretário, promovendo-se o debate acerca dos pontos relevantes evidenciados no material assistido. Um roteiro de perguntas abertas foi previamente elaborado pelos pesquisadores, sendo utilizado em alguns momentos para conduzir a sessão. Observação participante e entrevista coletiva foram técnicas adotadas para coleta de informações. As discussões foram registradas com uso de gravador de voz e anotações em diário de campo, sendo transcritas para livro-ata e analisadas pelo grupo de pesquisadores após o término do encontro.

O encerramento da sessão ocorreu com a fusão de conhecimentos entre participantes e pesquisadores, atrelando conhecimento científico e empírico, formando assim um novo *corpus* teórico-prático conforme preconizado pela metodologia adotada.

Vale ressaltar que o presente estudo está aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Piauí (CEP/UFPI) sob CAAE 0022.0.045.000-9 e que os participantes

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

07 a 10 de Dezembro 2009
Centro de Convenções do Ceará
Fortaleza

Iracema Guardiã



Trabalho 1595 - 5/12

assimilaram, por ocasião do início do Projeto, o termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) conforme normatiza a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde⁽⁶⁾.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos diversos pontos debatidos no seminário, três categorias temáticas apresentaram-se com maior veemência, as quais serão descritas a seguir: “sociedade e o estigma da loucura”, “a escola diante do ser-diferente” e “cenas que não serão esquecidas”. Tais categorias podem ser melhor compreendidas quando se detém uma releitura acerca da história da loucura através dos tempos, percebendo-se que a mudança de paradigma em torno da saúde mental depende essencialmente da compreensão do outro, considerando suas peculiaridades, fraquezas e fortalezas, para somente então haver a aceitação das diferenças humanas. Essa evolução paradigmática encontra-se evidente em diversas cenas do filme “Meu nome é Rádio”.

3.1. O ENREDO DO FILME

“Meu nome é Rádio” aborda a questão do preconceito acerca das diferenças humanas, a partir da história do jovem “Rádio” (Cuba Gooding Jr.) que possui um tipo de transtorno psíquico não especificado no documentário. O filme, lançado no ano de 2003 pela Gravadora Sony Pictures e, baseado na história real de James Robert Kennedy, retrata a emergência em se discutir o tema do estigma e da exclusão em saúde mental, sendo esse o material escolhido pelos pesquisadores para abordar o assunto com os participantes do Projeto de uma maneira não convencional.

3.2. SOCIEDADE E O ESTIGMA DA LOUCURA

Vários momentos do filme permitiram observar as relações existentes entre Rádio e outros personagens que representavam a sociedade local, suscitando discussões em torno da convivência com o diferente. O motorista que quase atropela Rádio, a mãe que atravessa a rua quando vê o jovem se aproximar na mesma calçada em que levava a filha para a escola, um transeunte que se esconde em uma loja para não ter que cruzar com Rádio na rua, dentre outros, demonstravam situações reais nas quais ocorre medo e discriminação com o portador de transtorno mental, permitindo que os pesquisadores do Projeto provocassem os participantes quando perguntaram aos mesmos sobre como faziam a leitura dessas cenas:

De exclusão total, era um problema social. As pessoas tinham medo. Durante o filme as pessoas se escondem na porta de uma loja ao ver ele passar por perto por medo. (S1)

As pessoas tinham medo, só o xingavam, como se ele fosse uma doença. (S12)

De exclusão. Só atrapalharia a sociedade sem ter nada a contribuir, isso se responde na distância que as pessoas mantém dele. (S8)

**TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

07 a 10 de Dezembro 2009
Centro de Convenções do Ceará
Fortaleza



Iracema Guardiã

Trabalho 1595 - 6/12

[...] muito preconceito. Discriminação, pois ele (radio) possui causas muito mais... (55)

[...] mesmo com todas as diferenças ele é um ser humano, ele merece bom tratamento, tem que ser respeitado como ser humano [...] (S16)

Reflete-se nas falas acima o impacto das cenas assistidas em que há posições nítidas do comportamento da sociedade frente ao personagem Rádio, ora de medo, ora de discriminação, denotando a necessidade urgente de intervenções para redução do estigma, contribuição para o exercício de cidadania do portador de transtorno mental.

O medo gerado pela figura do louco e evidenciado nas falas remonta ao século XVI, no qual os desprovidos de razão agregavam as características dos que com ele habitavam o hospital geral, compondo um escudo revestido de desvios sociais, tais como periculosidade e agressividade. Assim, vagabundos, marginais, bêbados, prostitutas e os loucos compartilhavam as mesmas punições sociais⁽³⁾.


Hoje, em diversos ambientes frequentados, pessoas de variados segmentos sociais expressam o medo que sentem em relação ao portador de transtorno mental através de reações conscientes e inconscientes, porém, todas com sentido excludente, configurando um dos maiores obstáculos ao exercício de sua cidadania.

Dessa maneira, as práticas e as representações sociais em torno do fenômeno da loucura na modernidade acumulam um espaço com lacunas entre o que é realmente o direito social, incondicionalmente sobreposto à supremacia dos direitos civis e políticos. Os portadores de transtornos mentais são vistos como um problema por uma sociedade já estigmatizada pelo preconceito, pela falsa caracterização destes, vistos como seres emocionalmente instáveis e perigosos, que provocam medo por serem diferentes do padrão normal estabelecido. Influências históricas, culturais e científicas sobre as mentes humanas favorecem a consolidação dos aspectos estigmatizantes impostos pela sociedade, ampliando a problemática⁽⁷⁾. Esse distanciamento social interfere no processo de inclusão defendido pela Reforma Psiquiátrica, gerando o isolamento social, mesmo vivendo em sociedade, uma falsa identidade inconscientemente perdida pelos diferentes.

Permanece-se na esfera do ideal a ser conquistado, pois conviver sem preconceito, especialmente, no tocante ao portador de transtorno mental, revela-se como um dos passos a serem galgados, nos discursos e cenários dos que versam somente no campo da convivência, em detrimento de suas especificidades⁽⁸⁾. Para esses defensores, a convivência, por si só, seria a garantia da ressocialização; porém, alguns grupos ativistas da luta pelos direitos humanos alertam para a existência de grades e de exclusão no próprio espaço social, caracterizando o deslocamento da institucionalização da loucura e da segregação do louco. Dessa forma, já se fala na luta pela “vida sem manicômio” ao invés de “sociedade sem manicômios”⁽⁹⁾.

**TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

07 a 10 de Dezembro 2009
Centro de Convenções do Ceará
Fortaleza



Iracema Guardiã

Trabalho 1595 - 7/12
3.3. A ESCOLA DIANTE DO SER-DIFERENTE

Como segundo ponto crítico abordado no filme, o personagem Rádio é matriculado em uma escola regular pelo técnico do time de futebol da escola, Harold Jones (Ed Harris) que o conheceu quando Rádio assistia ao treinamento de seus alunos no campo de esportes da escola.

O relacionamento entre Rádio e o Técnico Jones iniciou-se devido a uma arremessada da bola para fora do campo por um de seus alunos, a partir do qual Rádio apropriou-se daquele objeto e não quis devolvê-lo para o time. No outro dia, com o intuito de dar uma lição em Rádio, o prenderam no depósito de materiais esportivos, amarrado pelos pés e mãos com fitas adesivas. Ao deparar-se com tal cena, o técnico pediu formalmente desculpas a Rádio e passou a relacionar-se diariamente com ele, inclusive, levando-o a freqüentar o espaço da sala de aula.

Quando perguntados sobre a inclusão do personagem no ambiente escolar, opiniões concordantes e discordantes emergiram das falas dos participantes:

Teve mudança porque aquilo era diferente e também por que no início não o aceitavam.(S1)

A escola recebeu por obrigação e tanto os professores quanto a diretora achavam que ele podia atrasar a turma [...] mas essa inclusão é necessária, as pessoas é que precisam aprender a recebê-la [...] (S10)

Houve uma mudança pra ele por saber que não estava sendo aceito, ele estava desconfiado só que depois ele passou a conquistar seu espaço. (S4)

De início se ele fosse colocado na escola como forma de ressocialização, acho que não daria muito certo. Eu acho que se não fosse o técnico o Rádio não seria aceito na instituição, pois existia uma preocupação da diretora em aceitar esse aluno com transtorno não sei se por medo de atrasar os outros alunos[...] (S12)

Os depoentes expressaram terem percebido claramente haver resistência por parte da diretora da escola que, preocupada com o rendimento e o aprendizado dos demais alunos, temia o fracasso da iniciativa tomada pelo técnico de futebol em convidar Rádio a freqüentar os bancos escolares. Porém, alguns participantes afirmaram haver situações nas quais o processo de inclusão na escola regular para o portador de transtorno mental é inoperante e, dependendo do caso, poderá acarretar danos aos outros alunos que freqüentam essa escola.

Outro depoimento aponta para o fato de que o Técnico teve participação fundamental no processo de inclusão de Rádio na escola, mencionando que caso não houvesse a intermediação do profissional o jovem não haveria sido aceito naquele ambiente. Esse ponto sinaliza que as ações em prol da cidadania do portador de transtorno mental ainda são pontuais, percebendo-se grande resistência por parte dos diversos segmentos, representados no filme pela instituição escolar.

**TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

 07 a 10 de Dezembro 2009
 Centro de Convenções do Ceará
 Fortaleza

Trabalho 1595 - 8/12

Uma das maneiras de se promover a inclusão social consiste na ocupação dos espaços socialmente instituídos, a exemplo, o complexo sistema educacional, com a inserção destes portadores já onde os mesmos precisam ser assistidos de maneira especial e também acompanhados para que possam sentir-se parte da comunidade discente sem preconceitos e crescer com todo o apoio psicológico de uma educação sem entraves. A inclusão escolar é necessária como todas as outras formas de inclusão em qualquer instituição social, isto é fato, e é o que tornam importantes as discussões cada vez mais próximas em torno desta temática não somente entre profissionais, mas entre pais e mães e a própria comunidade, abrangendo assim o meio social e trabalhando cada vez mais na construção e evolução de propostas efetivas de (re)socialização.

[...] para os professores a responsabilidade é grande, boa parte dos portadores não podem ser incluídos, não podem conviver em sala de aula, pois podem causar danos, mas depende de cada caso, os alunos têm que ser preparados dando apoio, não gerando um problema na turma para não ocorrer atraso [...](S3)

Eu acho que as instituições de hoje mantêm os portadores por obrigação em instituições, e em relação a escola no filme a diretora ficou um pouco com o pé atrás, não sei se por o estigma, mas ainda assim de alguma maneira ela queria ajudar o garoto... Mas tem que existir uma especialização dos professores.(S1)

Acho que para a inserção ser feita é preciso mais do que gente especializada, é preciso ter gente que goste e tenha prazer em fazer com que essas pessoas portadoras de transtornos mentais ganhem seu espaço. (S4)

Conflitantes são as opiniões emergentes dessa temática pelos sujeitos da pesquisa, pois enquanto uns acreditam que o caminho da educação em escolas regulares é necessário, outros são contrários a isso, por acharem que os portadores de transtornos mentais atrapalhariam o aprendizado dos demais alunos. Agregam-se a isto opiniões sobre o despreparo técnico do professor, ressaltando-se que a falta de qualificação docente contribui para o processo de exclusão. Tais discussões são salutares para que possam ser construídos caminhos rumo ao exercício da cidadania, por meio de intervenções intersetoriais em saúde mental.

O processo de inclusão social nas variadas camadas e instituições sociais tem que ser acompanhado de preparação prévia, de maneira que o estigma possa ser reduzido com a convivência diária e com a cidadania sendo reconstruída progressivamente. A percepção social do portador é outro fator preponderante, já que o mesmo precisa ser entendido para que se configurem melhorias na qualidade de vida dos indivíduos em sociedade.

Os espaços da loucura que se modificaram ao longo da história, permaneceram com as mesmas intenções segregadoras, promovendo apenas a mudança de ambiente; todos foram cerceados pela dominação da sociedade vigente. A consciência coletiva⁽¹⁰⁾ foi e continua sendo

**TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

07 a 10 de Dezembro 2009
Centro de Convenções do Ceará
Fortaleza



Iracema Guardiã

Trabalho 1595 - 9/12

detentora do poder simbólico de afastamento do louco do convívio social. Para os reigos, intitulados assim aqueles que consideram a loucura como doença ou desvio moral, não se pode abolir as instituições asilares que durante anos calaram a voz e a vez dos indivíduos rotulados de doentes mentais. Essas entidades de saúde devem continuar existindo para que a sociedade tenha ambiente próprio e exclusivo que funcione como mecanismo de eliminação das amarguras e desavenças sociais.

A voz coletiva que emerge nos cenários deste século ainda adota os termos doente e doença mental como rótulos indissociáveis à condição de dominação. Imputa-se nas mentes das pessoas que o louco, mesmo necessitando ser ressocializado, deve permanecer limitado a desenvolver uma cidadania parcial, onde o 'doente' será capaz, após acompanhamento em algum serviço de saúde mental, de desempenhar atividades manuais como limpeza da casa ou lavagem de roupas, porém não há capacidade para o trabalho remunerado, para o casamento, para a manutenção da sua própria independência.

A apropriação da consciência coletiva requer primeiramente a existência de uma identidade também social da loucura e do louco, considerando-se os cenários natural e cultural, que por anos foram ocultados. Pois, numa perspectiva ampliada, saúde mental significa o direito à dignidade humana⁽¹¹⁾. Os novos arranjos sociais referentes a saúde mental necessitam rever suas significações e estabelecer uma compreensão ampliada da inserção do portador de transtorno mental no convívio em sociedade, espaço do qual ele nunca deveria ter saído.

3.4. CENAS QUE NÃO SERÃO ESQUECIDAS

Solicitou-se dos participantes que os mesmos relatassem a cena do filme que mais havia despertado atenção dos mesmos, fazendo surgir um consenso grupal de que o processo de humanização da saúde mental segue em sentido único: do portador para a sociedade, como é percebido nas falas a seguir:

[...]a solidariedade dele em distribuir os presentes que ele recebeu. Ele trata os outros às vezes até melhor como nós considerados normais nos tratamos. (S4)

Quando ele se integra a equipe ajudando a equipe como se fizesse parte da família do time de futebol. [...] ele só guardava bolas mas aquilo era importante pra ele, isso é interessante porque ele se satisfazia com aquilo porque ele só queria fazer parte daquele meio[...] (S5)

Alem do fato de terem maltratado ele, me chamou a atenção a perda da mãe; me chocou porque ele sentiu a perda da mãe, seu apoio, mesmo sendo portador de transtorno mental, mas ele entendeu. (S8)

**TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

07 a 10 de Dezembro 2009
Centro de Convenções do Ceará
Fortaleza



Iracema Gardã

Trabalho 1595 - 10/12

Reflete-se nas percepções dos participantes que a desinstitucionalização da loucura pode ou mesmo deve ser ponto de reflexão não somente a partir de movimentos sociais instituídos ou de entidades constituídas para este fim. Como processo, a desestigmatização deve ser atitude de cada ator social, por iniciativas simples, tais como a integração do personagem ao time de futebol, solidificando um novo paradigma que agregue mais valor aos portadores de transtornos mentais. Assim, do plano micro (ações pontuais) modifica-se o plano macro (a sociedade), criando-se uma consciência coletiva. Essa complexidade e dificuldade no processo de inserção do diferente caminha a muito tempo, transformando o portador em um ser histórico social excluído, sem ter a oportunidade de exercer suas plenas potencialidades e habilidades por falta de condições favoráveis para pleno exercício de sua cidadania⁽¹⁰⁾.

Quando colocadas a termo, em campo, no contexto social essa relação sociedade-portador precisa de intervenções que facilitem o processo de inserção como a inclusão do trabalho, da família e da moradia, todos dentro de uma relação social embutida⁽⁸⁾.


As intervenções terapêuticas em saúde mental para redução do estigma social em questão são alternativas coadjuvantes no processo de efetivação da Reforma Psiquiátrica e do Movimento Antimanicomial, através dos quais as discussões entre saúde mental e sociedade continuam a permear. É consenso que o estigma social em grande parte atrasa o processo de desinstitucionalização e inserção desses indivíduos no cenário social, fazendo-se necessário que esses debates tornem-se cada vez mais rotina entre os grupos sociais diversos.

A loucura desde sua história passa por um processo de intensa transformação dentro do contexto social, embutida em representações humanas de sujeitos vulneráveis ao estigma e exclusão que perdura paralelo a própria história da loucura e sua transformação em doença mental. Seu aspecto biomédico, traduzido em um conjunto de sinais e sintomas codificados pelo saber médico com poder de generalização dos que nessas condições se enquadravam, potencializando a visão unilateral da loucura como doença, descontextualizada⁽⁷⁾. Hoje, já não é mais o hospital psiquiátrico (antigo manicômio) o único dispositivo de assistência ao paciente, colocando o tradicional modelo de internação intramuros em processo de desaparecimento definitivo, ficando cada vez mais restrito às páginas dos livros. Estabelece-se aqui mais um desafio ético nesse processo: a construção de uma sociedade mais tolerante, que transponha os limites históricos e aponte para novas possibilidades em saúde mental⁽⁸⁾.

É notório que os manicômios não podem ser extintos imediatamente, pois os governos, as leis e a sociedade ainda não estão preparados para as demandas desses sujeitos; o processo de Reforma é complexo e lento, burocrático, mas está em processo de consolidação. Após quase 20 anos da Declaração de Caracas, que tratava da reestruturação da atenção psiquiátrica dentro dos sistemas locais de saúde, da não mercantilização da loucura e da política de inclusão social que

**TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

07 a 10 de Dezembro 2009
Centro de Convenções do Ceará
Fortaleza



Iracema Gardã

Trabalho 1595 - 11/12

Uma como ideia a reinserção do portador ao meio comunitário e familiar, faz-se necessária a criação de espaços sociais de discussão e políticas de ação coletiva dentro do contexto da saúde mental para redução do estigma.

Assim, torna-se imperativo que a cultura se harmonize com as diversas expressões humanas, ou seja, com a heterogeneidade. Nesse sentido, as amarras que prendem os homens ao preconceito, incluindo o desconhecimento do ser-existência, precisam ser desfeitas e estabelecer-se a paz social. Trata-se de compreender que o portador de transtorno mental possui subjetividade própria, maneiras singulares de viver, pensar e agir diante dos aspectos plurais da vida. E é somente através do exercício de cidadania que ele será capaz de recolorir, à sua maneira, as páginas da história que ainda está por vir.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA NÃO CONCLUIR

As discussões dispostas em pauta em torno da loucura e seus sujeitos que dela tomam parte desvelam um processo rigoroso, lento e complexo, mas com esperanças possíveis de cidadania, de dignidade e qualidade de vida dos portadores de transtornos psíquicos. Há uma sociedade de grupos amedrontados com o risco do desconhecido ao que não é igual, composta de sujeitos defensivos que anulam o próximo.


É fato que o modelo de reforma psiquiátrica brasileira é dificultado pelo elevado grau de desigualdades sociais e estigmatização que por longo tempo sofreu a sociedade, entendendo-se que essa própria sociedade oculta em seu seio situações reais de preconceito, marginalização e exclusão do diferente como cidadão ativo e capaz.

Intervenções terapêuticas em saúde mental constituem fator importante para diminuição das lacunas existentes entre o binômio sociedade/loucura de forma direta e próxima, sendo necessária uma mudança de pensamentos e quebra de barreiras culturais alicerçadas sobre o modelo manicomial de segregação. A construção de uma ciência social em torno da temática da saúde mental e sociedade no cotidiano, através de sujeitos multiplicadores, aponta horizontes correspondentes às expectativas que se tem quanto a redução do estigma, já que não se ensinam ou se repassam fórmulas prontas, mais oferecem-se oportunidade de os próprios agentes sociais “normais” construir sua concepção em torno da percepção do “louco” como ser-existente e passível de coexistir, dando-lhes oportunidades de exercerem a cidadania plena.

Ideologias excludentes fundamentadas no medo do desconhecido podem se converter em ideologias fundamentadas para aceitação social com equidade, em qualquer instituição da qual faça parte o indivíduo. Nesse sentido a proposta deste projeto de intervenção é necessária, além de ser uma prática coadjuvante da assistência ao portador de transtorno mental e fazer surgir um consenso grupal de que o processo de humanização tem que ser percebido com olhar inquietante de

**TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

07 a 10 de Dezembro 2009
Centro de Convenções do Ceará
Fortaleza



Iracema Gardã

Trabalho 1595 - 12/12

mudança na maneira de ver o outro, incluindo o desconhecimento do ser-existência, mas o conhecimento do ser-potencial, livre e capaz de viver em sociedade.

REFERÊNCIAS

1. Levi-Strauss C. Antropologia estrutural. 5a. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
2. Amarante P. Loucos pela vida – a trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil. 2a. ed. Fiocruz, 2002.
3. Oliveira FB. Construindo saberes e práticas em saúde mental. João Pessoa: UFPB, 2002.
4. Foucault M. História da loucura. 3a. ed. Editora Perspectiva, 1972.
5. Thiollent M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
6. Ministério da Saúde (BR). Conselho Nacional de Saúde. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos: Resolução 196/96. Brasília (DF); 1996.
7. Rodrigues J, Scóz TMX. Muros nas mentes: obstáculo da reforma psiquiátrica. [on line] 2009 [citado em: 13 jul 2009]. Disponível em: <http://www.saudental.med.br/Muros.html>.
8. Hirdes A. Autonomia e cidadania na reabilitação psicossocial. Ciência & Saúde Coletiva, 2009; 14(1): 165-171.
9. Luchmann LHH, Rodrigues J. O movimento antimanicomial no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, 2007; 12(2): 399-407.
10. Medeiros SM, Guimarães J. Cidadania e saúde mental no Brasil: contribuição ao debate. Ciência & Saúde Coletiva, 2002; 7(3):571-579.
11. Chamma RC, Forcella HT. O cidadão com transtorno psíquico: reflexões sobre os direitos humanos e os direitos do paciente. Rev. Esc. Enf. USP, 2001; 35(2): 184-190.
12. Fernandes J, Oliveira MR, Fernandes JD. Cidadania e qualidade de vida dos portadores de transtornos psiquiátricos: contradições e racionalidade. Rev. Esc. Enferm. USP, 2003; 37(2): 35-42.